

Relatório de Avaliação do Controle Interno 0003/2020

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
INTERESSADO:	ROGÉRIO LUIZ GALLO Secretário de Estado de Fazenda
C/ CÓPIA:	GUILHERME ANTÔNIO MALUF Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO:	Relatório Gerencial do Subsistema Contábil

Controle Interno. Avaliação do controle interno do Sistema de Contábil do Poder Executivo Estadual. Diagnóstico acerca da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles nas Unidades Setoriais de Contabilidade e análise da atuação da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ como Órgão Central.

Cuiabá - MT
Fevereiro/2020

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. CONTROLES INTERNOS**
- 3. METODOLOGIA**
- 4. ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA CONTÁBIL**
 - 4.1. Pontos De Controle Com Maior Volume De Ocorrência De Achados**
 - 4.2. Questões De Auditoria Com Maior Volume De Ocorrências**
 - 4.3. Achados De Problemas Com Maior Volume De Ocorrências**
 - 4.4. Questões De Causas Com Maior Volume De Ocorrências**
- 5. ÓRGÃO CENTRAL**
 - 5.1. Subsistema Contábil - Órgão Central - Achados de Problemas**
 - 5.2. Órgão Central - Achados de Causas**
- 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

1 INTRODUÇÃO

1. O presente relatório apresenta o diagnóstico dos controles internos do Subsistema Contábil de órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual de Mato Grosso, a partir de informações dos Relatórios de Avaliação de Controle Interno realizado ao longo do ano de 2019, conforme diretrizes constantes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos e aquelas estabelecidas na Ordem de Serviço nº 196/2019, expedida pelo Secretário Controlador Geral.

2. O desenvolvimento desse trabalho está relacionado com a missão da Controladoria Geral do Estado que é o de contribuir para a melhoria dos serviços públicos prestados pelo Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de controles internos, da conduta dos servidores e fornecedores, ampliando a transparência e fomentando o controle social.

3. O objetivo é apresentar um diagnóstico acerca do funcionamento, estrutura e segurança dos controles internos, buscando identificar as fragilidades existentes e em que nível esta afeta a aderência às normas e aos procedimentos, indicando-se as ações necessárias para aperfeiçoar os processos administrativos. Busca-se, também, colher elementos para mapear riscos e selecionar atividades para o acompanhamento simultâneo e realização de ações preventivas de orientações e capacitações.

4. O resultado dessa avaliação foi dividido nos seguintes capítulos: Controles Internos; Apresentação da Metodologia; Análise Gerencial do Subsistema Contábil; Órgão Central e Considerações Finais.

2 CONTROLES INTERNOS

5. Os avanços apresentados pelas organizações públicas nas últimas décadas, em especial, aqueles relacionados à evolução de uma abordagem burocrática, para uma abordagem gerencial, voltada a entrega de resultados e melhoria de desempenho na prestação de serviços, provocaram profundas mudanças no desenvolvimento das atividades de controle.

6. Neste cenário, os trabalhos de auditoria evoluíram de aspectos meramente formais e contábeis para uma visão mais gerencial, de controles alinhados aos objetivos organizacionais, relacionados aos riscos que podem comprometer o alcance desses objetivos.

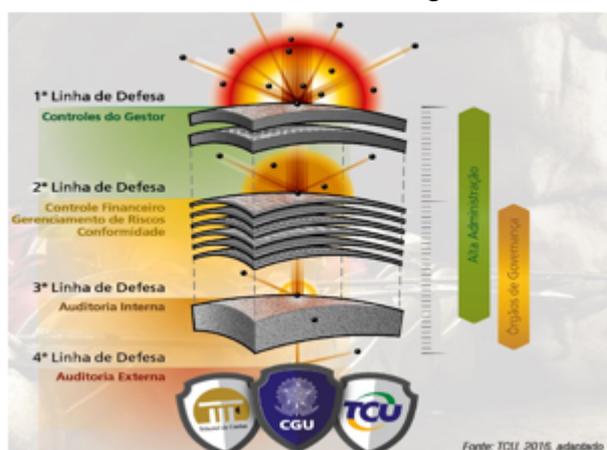
7. Essa concepção ampliou a abrangência do controle, e redefiniu papéis e funções dentro do sistema de controle interno das organizações. Ocasionalmente a evolução das atribuições do auditor interno, cuja abordagem atual está centrada na avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de otimizar o processo de gestão.

8. Nesse cenário de transição, há redefinição dos papéis e funções do controle interno dentro das organizações, direcionando-se a avaliação de controles internos sob a ótica do risco e com a finalidade de otimizar o processo de gestão.

9. De acordo com o COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission as atividades de controle são representadas:

(...) pelas políticas e pelos procedimentos que contribuem para assegurar que as respostas da organização aos riscos sejam executadas. As atividades de controle ocorrem por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas compreendem uma série de atividades diferentes, como aprovações, autorizações, verificações, reconciliações, revisões do desempenho operacional, segurança do patrimônio e segregação de funções.

10. O modelo de Três Linhas de Defesa é uma forma de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais. Há ainda uma quarta linha de defesa, representada pela Auditoria Externa, conforme figura abaixo:



11. O controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos. Os gerentes operacionais gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, sendo

responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

12. A segunda linha de defesa é representada pelas diversas funções estabelecidas pela gerência de gerenciamento de riscos e conformidade com a finalidade de ajudar a desenvolver e/ou monitorar os controles da primeira linha de defesa.

13. A auditoria interna é a terceira linha de defesa cujo objetivo é prover à alta administração e ao órgão de governança, avaliações sobre a eficácia da governança, do gerenciamento dos riscos e dos controles internos, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e.

14. A fim de se promover a eficiência e a eficácia, deve haver a coordenação apropriada entre as diferentes linhas de defesa. Além disso, o modelo é implementado melhor com o apoio ativo e a orientação do órgão de governança e da alta administração da organização, estes têm a responsabilidade e o dever de prestação de contas sobre o estabelecimento dos objetivos da organização, a definição de estratégias para alcançar esses objetivos e o estabelecimento de estruturas e processos de governança para melhor gerenciar os riscos durante a realização desses objetivos.

3 METODOLOGIA

15. A metodologia para desenvolvimento da avaliação dos controles internos observa o disposto na Resolução Normativa nº 12/2017 - TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, que dispõe sobre procedimentos para a avaliação dos controles internos do Poder Executivo Estadual e dá outras providências, bem como, as diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, e se divide em quatro fases: planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento.

16. Na Fase de Planejamento, além do levantamento de informações, definição de equipes e elaboração de cronograma, buscou-se, fundamentalmente, realizar o mapeamento de riscos dos processos e atividades.

17. Na Fase da Execução da Avaliação dos Controles Internos, utilizou-se o método de análise Problema > Causa > Recomendação. Por este método, busca-se, inicialmente, realizar análise dos problemas relacionados a cada Ponto de Controle (processos, subprocessos, atividades), através de testes de aderência a normas e procedimentos. Em seguida, procura-se identificar as fontes das causas dos problemas, a partir da avaliação da Estrutura, Funcionamento e Segurança dos Controles Internos. Por fim, são

apresentadas as recomendações com a propositura, de maneira factível, de possíveis soluções, no intuito de combater e mitigar a causa do problema.

18. O detalhamento da metodologia das fases planejamento, execução, comunicação (relatório) e monitoramento são apresentados em detalhes no Plano Anual de Avaliação dos Controles Internos, que pode ser acessado no site: www.controladoria.mt.gov.br.

4 ANÁLISE GERENCIAL DO SUBSISTEMA CONTÁBIL

19. Neste capítulo, será apresentado o resultado da avaliação dos controles internos do Subsistema Contábil, realizada em 11 (onze) órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual no ano de 2019. O objetivo é a apresentação de um diagnóstico do Subsistema, demonstrando-se os Pontos de Controle com maior número de achados de problemas constatados; os achados mais recorrentes por Ponto de Controle; as principais causas identificadas e as principais recomendações realizadas para eliminar ou mitigar as causas dos problemas.

20. As avaliações de controle realizadas no exercício de 2019, nos órgãos e entidades da Administração Estadual, consideraram o método problema > causa > recomendação. O método permitiu identificar os problemas constantes no Subsistema Contábil e as causas relacionadas à Estrutura, ao Funcionamento e à Segurança dos controles internos de cada unidade avaliada, compreendendo os seguintes parâmetros determinados pelo COSO: Estrutura Organizacional, Pessoas, Sistemas Informatizados, Infraestrutura Física e Tecnológica e Externalidades.

21. Os trabalhos de avaliação dos controles internos do Contábil foram realizados em 11 (onze) órgãos/entidades: DETRAN, METAMAT, IPEM, JUCEMAT, MTPREV, INDEA, SEDEC, SEDUC, SEPLAG, SES e SINFRÁ.

22. Foram contemplados 02 (dois) Pontos de Controle no Subsistema avaliado: Funcionalidade do Sistema FIPLAN e Registros Contábeis.

23. Os achados de problemas e causas detectados na avaliação dos órgãos e entidades, depois de quantificados, foram discriminados por Ponto de Controle, permitindo a mensuração daqueles que tiveram maior incidência no universo das 11(onze) unidades avaliadas.

24. Abaixo, estão descritas terminologias utilizadas no presente tópico:

- Subsistemas: são as atividades macro de um órgão ou entidade, e podem ser

enumerados como: contabilidade, contratações, financeiro, gestão de pessoas, orçamento, patrimônio e transferências.

- Pontos de Controle: são processos ou rotinas consideradas essenciais e de maior importância para o bom funcionamento de um subsistema (a título de exemplo, os pontos de controle do subsistema Contábil são: Funcionalidade do Sistema FIPLAN e Registros Contábeis).

- Questões de auditoria: são questões gerais a serem respondidas no âmbito de um determinado ponto de controle. A resposta para as questões gerais sejam questionamentos para identificação de problemas, sejam questionamentos para identificação de causas, são construídas a partir de achados de problemas ou achados de causas, devidamente analisados e evidenciados;

- Respostas negativas às questões de auditoria: as respostas negativas às questões de auditoria indicam inadequações ou irregularidades nos pontos de controle.

- Achados de auditoria: significam especificamente o que foi identificado, evidenciado e analisado como um problema ou como uma causa de um problema, com o objetivo de se responder a uma questão de auditoria, no âmbito de uma questão de auditoria.

25. Referidas terminologias visam à estruturação lógica do relatório, permitindo a análise de quais achados de auditoria são mais recorrentes dentro de determinadas questões de auditoria, indicando a necessidade de melhoria específica em relação aos controles internos inerentes ao achado identificado. Do mesmo modo, as questões de auditoria dentro das quais se observa o maior número de ocorrências de achados, igualmente, demandará melhorias em relação aos controles internos intermediários a elas inerentes.

26. Por sua vez, o maior quantitativo de ocorrências de achados com problemas de aderência às normas que estejam relacionados a um mesmo ponto de controle, ensejará maior cuidado no cumprimento das normas inerentes ao respectivo ponto de controle.

27. Em todos os casos, a gestão superior dos órgãos e entidades deve adotar para a implementação de controles internos confiáveis, além das melhores práticas de gestão, essencialmente, o cumprimento das normas e um bom nível de estruturação e de comunicação com os demais órgãos e entidades auxiliares e de assessoria.

4.1 PONTOS DE CONTROLE COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIA DE ACHADOS

28. Destaca-se que as avaliações de controles internos realizadas no ano de 2019,

contemplaram 11 (onze) órgãos/entidades, abrangendo 02 (dois) Pontos de Controle do Subsistema Contábil. Ressalta-se que os Pontos de Controle avaliados variaram de acordo com a unidade avaliada.

29. Nos 11 (onze) órgãos/entidades avaliados, foram identificados no Subsistema Contábil 39 (trinta e nove) achados de problemas, distribuídos em 02 (dois) Pontos de Controle.

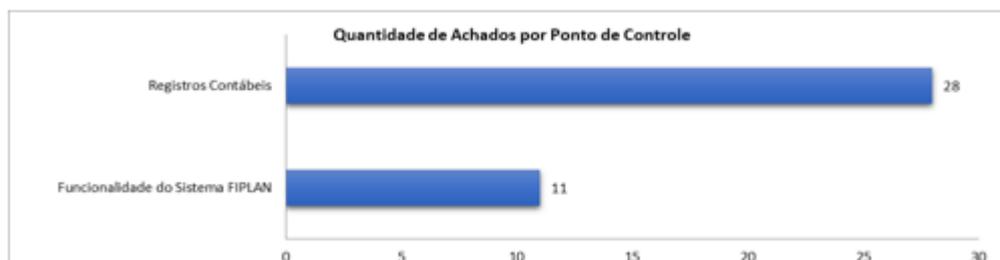
30. Abaixo, estão relacionados os Pontos de Controle avaliados e a quantidade de órgãos e entidades que tiveram esse Ponto avaliado:

Pontos de Controle X Quantidade de órgãos/entidades avaliados

Funcionalidade do Sistema FIPLAN	11
Registros Contábeis	11

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

31. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos 39 achados de problemas identificados por Ponto de Controle.



32. Os Pontos de Controle com volume maior de achados identificado foi Registros Contábeis com 28 (vinte e oito) achados. Esse Ponto de Controle correspondendo a 71,79% do total de achados identificados em todos os Pontos de Controle.

4.2 QUESTÕES DE AUDITORIA COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

33. A seguir, foi realizado o levantamento das questões de auditoria com maior volume de ocorrência. De um universo de 03 (três) questões de auditoria, foram identificados 39 (trinta) achados de problemas, conforme demonstra-se:

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Achados	%
As demonstrações espelham com fidedignidade a real situação financeira, patrimonial e orçamentária?	Registros Contábeis	19	48,72
Há conformidade dos registros dos usuários do sistema FIPLAN e as normas vigentes?	Funcionalidades do Sistema FIPLAN	11	28,21
As Garantias Contratuais estão devidamente registradas na contabilidade?	Registros Contábeis	9	23,08

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

34. Das questões de auditoria com maior quantidade de achados encontra-se no Ponto de Controle - Registros contábeis totalizando 19 (dezenove) achados, portanto, 48,72% de total de achados identificados no Subsistema Contábil.

4.3 ACHADOS DE PROBLEMAS COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

35. Identificou-se a ocorrência de 10 (dez) achados de problemas distintos, com 39 (trinta e nove) ocorrências no total. Estão demonstrados na tabela abaixo em ordem decrescente os achados com maior volume de ocorrência nos órgãos e entidades avaliados em 2019.

OCORRÊNCIAS DOS ACHADOS DE PROBLEMAS ORDEM DECRESCENTE				
Achados	Ponto de Controle	Quantidade achados	Órgão avaliados	Recorrência da falta %
Os registros de usuários do FIPLAN não estão de acordo com os perfis e normas vigentes	Funcionalidade do Sistema FIPLAN	10	11	90,91
Atualização ou inconsistência de registro nos ATIVOS e PASSIVOS	Registros Contábeis	10	11	90,91
As Garantias Contratuais não estão sendo contabilizadas	Registros Contábeis	6	11	54,55
Atualização ou inconsistência da conciliação bancária	Registros Contábeis	6	11	54,55
As Garantias estão com prazo de validade vencido	Registros Contábeis	2	11	18,18
As Garantias Contratuais estão com os valores desatualizados	Registros Contábeis	1	11	9,09
Atualização ou inconsistência de registro de ATIVOS	Registros Contábeis	1	11	9,09
Atualização ou inconsistência de Registros de Provisões	Registros Contábeis	1	11	9,09
Divergência de saldos contábeis entre o Sistema FIPLAN e o Sistema de Escrituração Contábil das Empresas Estatais	Funcionalidade do Sistema FIPLAN	1	11	9,09
Pagamentos de despesas com juros e multas, decorrentes de pagamentos em atraso de impostos e tributos	Registros Contábeis	1	11	9,09

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

36. A quantidade de achados de problema por órgão/entidade avaliado encontra-se disposta na tabela a seguir:

Pontos de Controle Órgãos	Funcionalidades do Sistema FIPLAN	Registros Contábeis	Total
DETRAN	1	3	4
INDEA	0	1	1
IPEM	1	2	3
JUCEMAT	1	2	3
METAMAT	2	3	5
MT PREV	1	3	4
SEDEC	1	4	5
SEDOC	1	3	4
SEPLAG	1	2	3
SES	1	2	3
SINFRA	1	3	4
Total	11	28	39

Fonte: RACI 2019 - CGE/MT

4.4 QUESTÕES DE CAUSAS COM MAIOR VOLUME DE OCORRÊNCIAS

De fundamental importância é a identificação das causas que deram ensejo à existência de problemas, a fim de que se possam tecer recomendações adequadas à eliminação das causas (eliminando-se as causas, por via de consequência, eliminam-se os problemas).

37. Para identificação das causas que deram ensejo aos problemas de controle verificados, colhem-se evidências e efetuam-se análises.

38. Inicialmente, busca-se responder às questões de causa, que, no subsistema contábil são as listadas abaixo:

1. SISTEMAS INFORMATIZADOS atende as necessidades e encontra-se adequados?
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL atende as necessidades e encontra-se adequado?
3. EXTERNALIDADES - Existem eventos externos (externalidades) que impactaram na execução das atividades?
4. ESTRUTURA FÍSICA - atende as necessidades e encontra-se adequado?
5. INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA - atende as necessidades e encontra-se adequada?
6. PESSOAS - atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado?
7. PROCESSOS - Gestão de processos atende as necessidades e encontra-se adequado?

39. Respostas negativas às questões formuladas indicam o que se denomina de achados de causa.

40. Dentre os achados de causa que desencadearam respostas negativas às questões

de causas formuladas, foram identificados 06 (seis) tipos de achados distintos, os quais se repetiram em órgãos/entidades, totalizando-se 37 (trinta e sete) ocorrências.

41. Abaixo, visualiza-se a quantidade de achados de causas por Ponto de Controle:

QUANTIDADE DE ACHADOS DE CAUSAS POR PONTO DE CONTROLE

Ponto de Controle	Quantidade
Funcionalidades do Sistema FIPLAN	16
Registros Contábeis	21
TOTAL	37

Fonte: RACI2019 - CGE/MT

42. A tabela abaixo traz os 03 (três) achados de causas com maior volume de ocorrências no Subsistema Contábil:

VOLUME DE OCORRÊNCIAS DAS CAUSAS IDENTIFICADAS POR ACHADO

Achados	Quantidade
Deficiências nos fluxos de informação e comunicação	17
Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes.	11
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	6

Fonte: RACI 2019 - CGE/MT

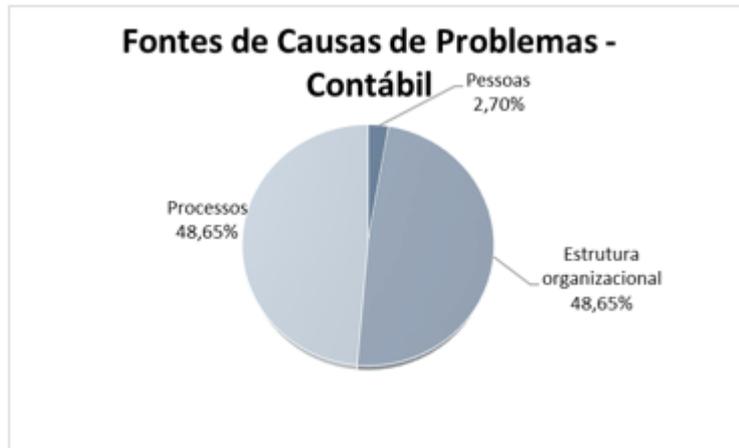
43. As 03 causas acima perfizeram o montante de 34 (trinta e quatro) ocorrências, o que representa 91,89% do total de achados de causas identificados.

44. Relacionando-se a ocorrência dos achados por tipo de questão de causa, a fim de se identificar quais questões apresentaram maior volume de achados de causa por Fontes, obtém-se a seguinte tabela:

QUESTÕES DE CAUSA	ACHADOS DE CAUSAS	QUANTIDADE DE ACHADOS	
		DE ACHADOS	TOTAL
1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL Atende as necessidades e encontra-se adequada?	Ausência de clareza quanto às funções e responsabilidades	1	18
	Deficiências nos fluxos de informação e comunicação.	17	
2. PESSOAS O quadro de pessoal atende as necessidades e encontra-se com o processo de gestão adequado?	Capacitação formal insuficiente/deficitária	1	1
3. PROCESSOS Gestão de processos atende às necessidades e encontra-se adequada?	Insuficiência na supervisão/monitoramento da gestão dos processos.	1	18
	Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes	11	
	Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	6	
TOTAL			37

Fonte: RACI 2019 - CGE/MT

45. Agrupando-se as causas identificadas por Fontes, verificou-se que houve o mesmo percentual das Fontes Processos e Estrutura Organizacional ambos com 48,65%, e a Fonte Pessoas corresponde a 2,70%.



46. A fim de solucionar as causas dos problemas identificados foram emitidas aos órgãos e entidades avaliados 44 (quarenta e quatro) recomendações nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno de 2019.

47. A partir dos subtópicos iniciais (4.1, 4.2, 4.3 e 4.4), que trataram dos pontos de controle e das questões de auditoria e questões de causas com maior volume de

achados, seguem-se, nos subtópicos a seguir, os comentários acerca das análises desenvolvidas no âmbito do órgão central para cada Ponto de Controle do Subsistema Contábil.

5 ÓRGÃO CENTRAL

5.1 SUBSISTEMA CONTÁBIL - ÓRGÃO CENTRAL - ACHADOS DE PROBLEMAS

48. Das questões de auditoria com maior volume de ocorrência, foram identificados 39 (trinta) achados de problemas, conforme demonstra-se:

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Achados	%
As demonstrações espelham com fidedignidade a real situação financeira, patrimonial e orçamentária?	Registros Contábeis	19	48,72
Há conformidade dos registros dos usuários do sistema FIPLAN e as normas vigentes?	Funcionalidades do Sistema FIPLAN	11	28,21
As Garantias Contratuais estão devidamente registradas na contabilidade?	Registros Contábeis	9	23,08

Fonte: RAACI 2019 - CGE/MT

49. Buscou-se junto ao órgão central as providências adotadas para dirimir as ocorrências verificadas, e foi informado:

Questão de auditoria	Ponto de Controle	Providências adotadas pelo Órgão Central SEFAZ/MT
As demonstrações espelham com fidedignidade a real situação financeira, patrimonial e orçamentária?	Registros Contábeis	Foram editadas diversas Instruções e Orientações de Serviços com procedimentos de registros contábeis padronizados, onde cita-se: IS 004/2020 – CP GC/SATE/SEFAZ; O.S. 001/2019- CPGC/S ACE/SEFAZ; IS 022/2018-CP GC/COHC/SGC/O/SATE/SEFAZ; IS 009/2018-SEFAZ/S ATE; IS 015/2018-SEFAZ/S ATE; IS 010/2019-SEFAZ/S ATE; IS 004/2019-SEFAZ/S ACE; IS 002/2019-SEFAZ/S ACE; dentre outras disponível no site da SEFAZ/MT.
Há conformidade dos registros dos usuários do sistema FIPLAN e as normas vigentes?	Funcionalidades do Sistema FIPLAN	1. Recadastramento anual, evitando usuários com acessos indevidos. Para o recadastramento as unidades devem encaminhá-los os dados dos usuários a CPGC para que seja efetuado no sistema Fiplan; 2. Plano de TI 2020, um Projeto de integração do cadastro de usuários com o SEAP. Será feito uma atualização temporária dos usuários com acessos ativos. Ou seja, caso o usuário seja movimentado de UD, lotação, exonerado, aposentado etc, automaticamente será bloqueado.
As Garantias Contratuais estão devidamente registradas na contabilidade?	Registros Contábeis	1. Está disponibilizado a IS 09/2018- Procedimentos de Registro de Valor em Prestação de Garantia de Obras, Serviços e Compras para os Contratos da Administração Pública Estadual, disponibilizado no link: http://www.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual ; 2. Competência das unidades realizar os registros temporariamente.

Fonte: Respostas SEFAZ/MT pertinentes a S I nº 10/2020/CGE

50. Complementarmente, houve visita desta equipe de auditoria ao órgão central em que sanou-se dúvidas relativas às providências informadas, de modo satisfatório, contudo, melhorias ainda são necessárias e serão tratadas nos relatórios do ano de 2020.

51. Comprovou-se que o órgão central editou Instruções de Serviços destinadas à orientação e definição de procedimentos necessários a sanar pendências e regularizações contábeis conforme se observa no sítio eletrônico: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual>.

52. Acrescenta-se que foram solicitadas outras informações ao órgão central: 1 - Relacionar as ações realizadas para fiscalizar, orientar, coordenar e propor melhorias nos processos de execução contábil das unidades setoriais de contabilidade; 2 - disponibilizar a relação das melhorias propostas nas normas contábeis e acompanhamento fiscal que foram implantadas, implementadas ou que estejam em avaliação; 3 - Relatar as medidas implementadas por este órgão central das situações potenciais que tem contribuído para aumentar o risco de falhas de controle interno do subsistema contábil nas unidades orçamentárias avaliadas por esta especialidade em 2019.

53. O órgão central, em resposta às solicitações, informou as medidas que foram implantadas e implementadas, bem como as que estão sendo desenvolvidas para implementação no ano de 2020.

54. No que se refere às ações realizadas para fiscalizar, orientar, coordenar e propor melhorias nos processos de execução contábil das unidades setoriais de contabilidade, destacaram:

- a) Acompanhamento da execução orçamentária, financeira e contábil das Unidades Orçamentárias - UO.
- b) Análise e acompanhamento das pendências Conta Única. Destaca-se que a conciliação bancária eletrônica da conta única foi implementada no FIPLAN no ano de 2019, com novo formato. Outro grande avanço foi a redução no número dos lançamentos pendentes na conciliação mensal. Como todo o processo está ocorrendo totalmente no sistema, o número de dias gasto na realização da conciliação foi reduzido e conseqüentemente a entrega dos lançamentos pendentes para a Coordenadoria de Acompanhamento da Execução Orçamentária Financeira e Contábil (COFIC) pôde ser feita de forma mais ágil e assim a COFIC dispõe de mais dias disponíveis para cobrar das Unidades Orçamentárias (UO's) a regularização dos lançamentos pendentes.
- c) Melhoria na tempestividade das autorizações, aprovações e liberações de ARR, AFR e NLC emitidos pelas Unidades Orçamentárias;
- d) Acompanhamento da conciliação bancária e contábil das contas das Unidades Orçamentárias. Estão em andamento projetos para implantar e implementar no FIPLAN regras no sistema para que as conciliações bancárias das contas especiais e de

convênios das UO's;

- e) Acompanhamento da Inscrição de Restos a Pagar;
- f) Acompanhamento dos bloqueios judiciais nas contas do Tesouro e regularizações contábeis nas Unidades Orçamentárias;
- g) Elaboração de Notas Técnicas de Constatação de Créditos;
- h) Acompanhamento / Regularização de RPV e precatório. Este produto é de responsabilidade da PGE/MT, onde foi implantado sistema informatizado de gestão dos RPV - Requisições de Pequenos Valores, que foi integrado ao FIPLAN;
- i) Acompanhamento das inconsistências do sistema FIPLAN. Firmou-se termos de parceria com a MTI, onde houve a lotação de analistas na SEFAZ para suprir as melhorias e funcionalidades do FIPLAN;
- j) Elaboração e envio da DCTF;
- k) Atendimento as Unidades Orçamentárias presencial, via e-mail e telefone. Estas ações de suporte têm melhorado a qualidade das informações contábeis.
- l) Autorização de GDR através do controle da receita arrecadada por DAR nos códigos 3860 e 3861. Trata de recebimento das devoluções de diárias e adiantamentos, que atualmente ocorrem mediante o registro orçamentário e identificado das receitas.
- m) Monitoramento e acompanhamento da execução da Folha de Pagamento. A unidade responsável está concluindo o mapeamento do processo interno de pagamento, conferência e monitoramento do pagamento da folha de pagamento do Estado, cuja previsão de conclusão está prevista para o dia 28/2/2020.
- n) Acompanhamento e monitoramento da abertura e encerramento de contas bancárias. Esta medida tem reduzido o estoque de contas bancárias abertas e inativas em nome do Estado.
- o) Promover e coordenar as regularizações de inconsistências nos registros contábeis na conta única, convênio, especial e arrecadação. Para tanto, as pendências mapeadas estão sendo comunicadas às UO's responsáveis, com prazos definidos para regularização, sob pena de bloqueio do FIPLAN. A COFIC/SEFAZ informou que os resultados têm sido positivos, e que as pendências estão reduzindo.
- p) Elaboração e disponibilização de instruções de serviço, procedimentos e orientações técnicas, disponíveis no sitio eletrônico da SEFAZ: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual>.
- q) Coordenação das regularizações do FIP 031 e checklist mensal.

55. Em relação às melhorias propostas nas normas contábeis e acompanhamento fiscal que foram implantadas, implementadas ou que estejam em avaliação, destacaram:

- a) Elaboração e disponibilização de instruções de serviço, procedimentos e orientações técnicas, disponibilizadas no sitio eletrônico da SEFAZ.
- b) Novo formato para realização da conciliação da conta única com implementação de

código da Conciliação, permitindo mais transparência nos valores conciliados. Essa melhoria já foi anteriormente comentada.

c) Reestruturação da Abertura da despesa e receita para registro de déficit orçamentário.

d) Implementação de novo documento que registra a atualização da receita prevista-Reestimativa ALR.

e) Obrigatoriedade da informação do detalhamento do documento fiscal e data de atesto na execução das despesas.

f) Integração com o APLIC-TCE instituindo a Prestação de contas mensal de forma eletrônica. Foi editada a IS nº 003/2020/SACE/SEFAZ - APLIC.

g) Funcionalidade que permitiu a extinção da Unidades orçamentárias com continuidade da execução orçamentária na unidade orçamentária sucessor.

h) Atendimento ao envio dos demais Informações Complementares ICs pela Matriz de Saldos Contábeis.

i) Adequação do FIPLAN para possibilitar pagamentos aos premiados da NOTA MT.

j) Disponibilização do Demonstrativo Fluxo de Caixa - DFC.

k) Implantação dos Relatórios Constantes na Lei nº 614/2019.

l) Implementação de relatórios fiscais na base SIG para validação.

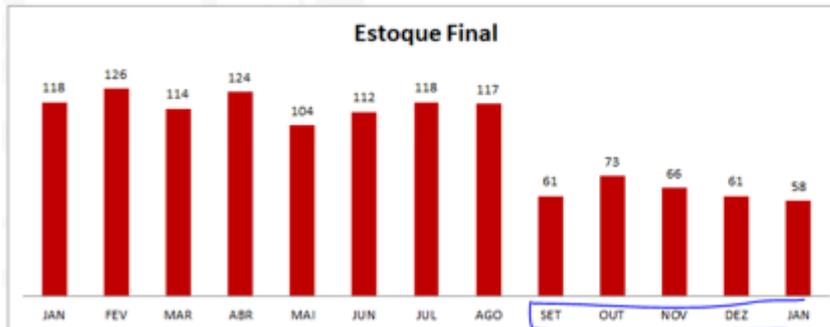
56. No que se refere as melhorias implementadas na realização eletrônica da conciliação eletrônica da conta única. Salieta-se que esta Especializada recomendou esta implementação em diversos trabalhos. Entretanto, as melhorias implementadas pela SEFAZ ainda não se adequaram a recomendação contida na Recomendação Técnica nº 23/2015, no que se refere a necessidade da integração ser realizada eletronicamente, através de protocolos de segurança e criptografia, além de assinatura digital, tornando o processo ainda mais seguro e sem a possibilidade de alteração dos dados.

57. Verificou-se que as melhorias implementadas no FIPLAN foram viabilizadas após assinatura em 2/9/2019 do Termo de Cooperação Técnica SEFAZ/MTI nº 001/2019, que implantou célula de manutenção da atual versão do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso - FIPLAN II, com a finalidade de aprimorar e evoluir as ferramentas do sistema. Foram lotados na SEFAZ 18 (dezoito) funcionários da MTI;

58. Comprova-se essas melhorias pela redução dos estoques de manutenções informados pela SACE/SEFAZ/MT:

Apresentação de Resultados

SACE



Produto 1
Manutenção do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso - FIPLAN promovido.
Meta do Produto
1 - 60% das demandas da Manutenção do Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado de Mato Grosso - FIPLAN atendidas quinzenalmente.

59. Já as medidas implementadas pelo órgão central para reduzir as situações potenciais que tem contribuído para aumentar o risco de falhas de controle interno, foram informadas de acordo com os problemas identificados nas avaliações:

Problemas	Medidas Implementadas
Ausência ou Inconsistência da conciliação bancária;	<ol style="list-style-type: none"> 1- Treinamento para os servidores do órgão central e setoriais; 2- Foi realizado força tarefa pelo servidores do órgão central para baixa das pendências acumuladas; 3- Melhorias nos relatórios de conciliação, visando maior agilidade nas regularizações, priorização dos tipos de pendências e maior transparência para as auditorias de controle externo.
Ausência ou Inconsistência de registro nos ATIVOS e PASSIVOS;	<ol style="list-style-type: none"> 1- Registro dos Direitos a Receber não tributário e a partir de 2020 tributário; 2- Orientação através da IS XXXX 3- <u>IS 00004/2020 - CPGC/SATE/SEFAZ - Registro de Direito a Receber provenientes de Receitas não Tributárias a ser disponibilizado no link http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual.</u>
Ausência ou Inconsistência de Registros de Provisões;	<ol style="list-style-type: none"> 1- Registros Tempestivo das provisões de férias e 13º Salários do Estado; 2- Orientação de serviço 001/2019- CPGC/SACE/SEFAZ para outros poderes, disponível no link http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual 3- Instrução de serviço 22/2018- CPGC/COFIC/SGCO/SATE/SEFAZ, disponível no link http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual 4- Registro de perdas da Dívida ativa.

<p>As Garantias Contratuais estão com os valores desatualizados;</p>	<p>1- O órgão Central não possui insumos suficientes para monitoramento uma vez que os registros são realizados nas unidades. Para que seja monitorado pelo órgão central se faz necessário a disponibilização do sistema de contratos para integração junto ao sistema Fiplan.</p> <p>2- Competência das unidades o monitoramento em relação a atualização dos valores.</p>
<p>As garantias contratuais não estão sendo registrados;</p>	<p>1- Está disponibilizado a IS 09/2018.- Procedimentos de Registro de Valores em Prestação de Garantia de Obras, Serviços e Compras para os Contratos da Administração Pública Estadual, disponibilizado no link http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual</p> <p>2- Competência das unidades realizar os registros tempestivamente.</p>
<p>As Garantias estão com prazo de validade vencido;</p>	<p>1- O órgão Central não possui insumos suficientes para monitoramento uma vez que os registros são realizados nas unidades. Para que seja monitorado pelo órgão central se faz necessário a disponibilização do sistema de contratos para integração junto ao sistema Fiplan.</p> <p>2- Competência das unidades o monitoramento dos contratos;</p>
<p>Divergência de saldos contábeis entre o Sistema FIPLAN e o Sistemas de Escrituração Contábil das Empresas Estatais;</p>	<p>1- Recebimento dos Balanços das Estatais para que seja efetuada conferência entre os dados dos sistemas;</p> <p>2- Estudo de viabilidade para Integração do Sistema Protheus e demais sistemas utilizados pelas estatais com o Sistema Fiplan;</p> <p>3- Suporte orientativo para registros dos lançamentos contábeis.</p> <p>4- IS 15/2018- SATE/SEFAZ- Equalização, disponibilizado no link http://www5.sefaz.mt.gov.br/web/sefaz/orientacoes-tesouro-estadual</p>
<p>Os registros de usuários do sistema cooperativo de contabilidade e finanças não estão de acordo com os perfis e normas vigentes;</p>	<p>1- Recadastramento anual, evitando usuários com acessos indevidos. Para o recadastramento as unidades devem encaminhar os dados dos usuários a CPGC para que seja efetuado no sistema Fiplan;</p> <p>2- Plano de TI 2020, um Projeto de integração do cadastro de usuários com o SEAP. Será feito uma atualização tempestiva dos usuários com acesso ativos. Ou seja, caso o usuário seja movimentado de UO, lotação, exonerado, aposentado etc, automaticamente será bloqueado.</p>

60. Acrescenta-se que esta equipe de auditoria buscou melhores esclarecimentos sobre as medidas implementadas e em implementação, das quais foi possível verificar melhoras na qualidade das prestações de contas.

5.2 ÓRGÃO CENTRAL - ACHADOS DE CAUSAS

61. Dos trabalhos avaliados e dos procedimentos de controle relativos ao Subsistema Contábil, inferiu-se que tal subsistema necessita de aprimoramento, e que, tais falhas representam riscos à eficácia do controle interno, devendo, portanto, ser perseguidas para que sejam mitigadas as ameaças à gestão contábil segura.

62. Verificou-se nas avaliações que 03 (três) achados de causas tiveram maior volume de ocorrências no Subsistema Contábil das UO's:

VOLUME DE OCORRÊNCIAS DAS CAUSAS IDENTIFICADAS POR ACHADO	
Achados	Quantidade
Deficiências nos fluxos de informação e comunicação	17
Manuais, instruções ou normas (procedimentos e/ou documentos padronizados) desatualizados ou inexistentes.	11
Processos mal concebidos/inconsistentes (exemplo: fluxo, desenho, etc.).	6

Fonte: RACI 2019 - CGE/MT

63. Após informações e reuniões realizada com a Secretaria de Estado de Fazenda SEFAZ/MT, órgão central do subsistema contábil, realizamos a abordagem dos itens mapeados;

64. Verificou-se que o órgão central atua diretamente na implementação de normativos procedimentais relacionados à operacionalidade das funcionalidades do FIPLAN. Nesse sentido emite as Instruções e Orientações de Serviços disponibilizadas no sítio eletrônico da SEFAZ;

65. Entretanto, é necessário que o Órgão Central elabore em conjunto com as unidades orçamentárias fluxos processuais contábeis adequados que definam as atividades a serem realizadas pelos setores contábeis visando assegurar a consistência e padronização das informações produzidas nas setoriais. O Órgão Central como procedimento criou grupo de trabalho para mapear os processos do Sistema Contábil, com prazo vigente para 30/4/2020. Porém, enfatiza-se novamente a importância de envolver as setoriais nesse processo.

66. Em relação aos cursos de capacitação o órgão Central realizou apenas 01 (um) treinamento no exercício de 2019 nos dias 11 e 12 novembro (Procedimentos e

Orientações relevantes para o encerramento do exercício de 2019). Nesta causa, nota-se a necessidade de implementação de um plano anual de capacitação aos servidores do Órgão Central e das setoriais. É imprescindível a promoção de cursos, seminários e capacitações no âmbito do sistema contábil, com vistas às melhorias de desempenho das funções dos servidores, disseminação das inovações e tendências das atividades desenvolvidas no setor contábil na esfera estadual e nacional;

67. As causas dos problemas identificados nas avaliações de controle dos órgãos referem-se também a ausência de atuação dos gestores em determinar que sejam realizados os mapeamentos dos processos, já que existem manuais técnicos que orientam fluxos operacionais disponibilizados no sítio eletrônico da SEPLAG: <http://www.gestao.mt.gov.br/index.php?pg=ver&c=62>;

68. Os manuais não estão atualizados, mas servem de consulta e fundamento para procedimentos a serem normatizados pelas UO's até que haja mapeamento e definição de fluxos processuais pelas UGER de cada UO;

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

69. O presente relatório buscou, em síntese, demonstrar:

- a) Os achados de problemas e de causas identificados nos Relatórios de Avaliação de Controle Interno no ano de 2019, apresentando aqueles com maior volume de ocorrências, distribuídos tanto por órgãos/entidades da administração pública estadual, quanto por pontos de controle e questões de auditoria e;
- b) Acompanhamento das ações do Órgão Central do Subsistema Avaliado referentes aos achados de problemas, causas e recomendações realizadas;

70. Diante disso, recomenda-se ao Órgão Central que:

- Implemente plano anual de capacitação aos servidores do Órgão Central e das Setoriais no âmbito do Sistema Contábil;
- Elabore em conjunto com as unidades orçamentárias fluxos processuais contábeis adequados que definam as atividades a serem realizadas pelos setores contábeis visando assegurar a consistência e padronização das informações produzidas nas setoriais;
- Integre a movimentação bancária através de protocolos de segurança, criptografia e assinatura digital tornando o processo mais seguro e consistente;
- Divulgue e oriente as unidades orçamentárias dos procedimentos adequados para sanar as pendências de contabilização de direitos e obrigações dos órgãos conforme

fatos contábeis hábeis, saneando pendências históricas constantes dos balancetes das UO's;

- Implemente Manuais ou cartilhas com instruções atualizadas e alinhadas aos normativos vigentes voltadas às atividades do setor contábil a serem executadas pelas unidades contábeis setoriais;

71. Dessa forma, com o presente trabalho, espera-se ter contribuído com a melhoria dos controles internos inerentes ao Subsistema Contábil, permitindo que a apresentação de um diagnóstico de deficiências encontradas possibilite uma atuação mais adequada às rotinas que demandem maior atenção.

À apreciação superior.

Cuiabá, 28 de Fevereiro de 2020

Grazielle de Azevedo Fernandes Franco
Auditora do Estado